



MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS  
SECRETARIA EXECUTIVA  
SECRETARIA DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS  
DIRETORIA DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE  
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTABILIDADE  
COORDENAÇÃO DE INFORMAÇÃO CONTÁBIL

# Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte

Brasília-DF  
Setembro/2025

## ÍNDICE

<b>CONTEXTO OPERACIONAL .....</b>	<b>4</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS .....</b>	<b>6</b>
<b>BALANÇO PATRIMONIAL.....</b>	<b>14</b>
NOTA 01 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	14
NOTA 02 - CRÉDITOS A CURTO E LONGO PRAZO .....	14
NOTA 03 - OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS .....	15
NOTA 04 – DEMAIS OBRIGAÇÕES .....	15
NOTA 05 – TRANSFERÊNCIAS FISCAIS .....	15
NOTA 06 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	16
NOTA 07 - CONTROLES CONTÁBEIS .....	16
<b>DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS.....</b>	<b>17</b>
NOTA 08 – RESULTADO PATRIMONIAL.....	17
<b>BALANÇO ORÇAMENTÁRIO.....</b>	<b>18</b>
NOTA 09 – RESULTADO ORÇAMENTÁRIO .....	18
<b>DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA .....</b>	<b>19</b>
NOTA 10 – GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	19
<b>BALANÇO FINANCEIRO .....</b>	<b>20</b>
NOTA 11 – RESULTADO FINANCEIRO .....	20
<b>PARTES RELACIONADAS .....</b>	<b>21</b>

**MINISTRO DO EMPREENDEDORISMO, DA MICROEMPRESA E  
DA EMPRESA DE PEQUENO PORTO**  
Márcio Luiz França Gomes

**SECRETÁRIO-EXECUTIVO**  
Francisco Tadeu Barbosa de Alencar

**MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS  
PÚBLICOS**  
Esther Dweck

**SECRETÁRIA-EXECUTIVA**  
Cristina Kiomi Mori

**SECRETÁRIO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS**  
Cilair Rodrigues de Abreu

**DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE**  
Leonardo David da Silva Luz

**COORDENADOR-GERAL DE CONTABILIDADE**  
Enoque da Rocha Costa

**EQUIPE TÉCNICA:**  
Rafael de Souza  
Alexandre Gomes Oliveira  
Filipe Antunes Barros

Email: cicon.cgcon.dfc@economia.gov.br

## CONTEXTO OPERACIONAL

O Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (MEMP) é um órgão público da Administração Direta, integrante da estrutura do Governo Federal, inscrito no CNPJ nº 52.224.046/0001-98, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco J – CEP 70.053-900, Brasília/DF. O MEMP foi criado por meio da Medida Provisória nº 1.187, posteriormente convertida na [lei nº 14.816](#) de 16 de janeiro de 2024.

Este Ministério foi criado por desmembramento a partir do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDICS), tendo como áreas de competência:

- I. coordenação, articulação e proposição de políticas, de programas e de ações de apoio que tratem de:
  - a) empreendedorismo;
  - b) microempresa e empresa de pequeno porte;
  - c) artesanato e microempreendedorismo;
  - d) educação empreendedora;
  - e) concretização e garantia do tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte, incluída a defesa institucional perante os Poderes da República e os entes federativos;
- II. políticas de apoio à formalização da microempresa e da empresa de pequeno porte e à identificação do microempreendedor e do profissional autônomo;
- III. incentivo e promoção de arranjos produtivos locais relacionados à microempresa e à empresa de pequeno porte e de desenvolvimento sustentável da produção;
- IV. ações de qualificação e de extensão empresarial, com ênfase no empreendedorismo feminino e na promoção de empresas de base inovadora (startups), destinadas à microempresa, à empresa de pequeno porte e ao artesanato;
- V. promoção da competitividade e da produtividade, inclusive por meio de acesso a mercados públicos e privados, da inovação e da melhoria do

ambiente de negócios para a microempresa e a empresa de pequeno porte;

VI. articulação e incentivo à participação da microempresa, da empresa de pequeno porte e do artesanato nas exportações brasileiras de bens e serviços;

VII. políticas destinadas ao microempreendedorismo e ao microcrédito;

VIII. promoção de ações de fomento da cultura empreendedora inclusiva, abrangidos programas de capacitação, de equalização de passivos, de regularização de débitos, de mitigação do endividamento e de acesso a recursos financeiros;

IX. registro público de empresas mercantis e atividades afins;

X. apoio ao empreendedorismo, à microempresa e à empresa de pequeno porte em casos de calamidade pública;

XI. inclusão socioprodutiva dos empreendedores informais da base da pirâmide social, com interseção da política do microempreendedor com as de assistência social e suas redes;

XII. suporte às ações nacionais e subnacionais na utilização dos instrumentos de apoio ao empreendedorismo, à microempresa e à empresa de pequeno porte, incluído o poder de compra governamental para o desenvolvimento dos territórios;

XIII. políticas de apoio à inserção da microempresa e da empresa de pequeno porte em atividades ligadas à economia criativa;

XIV. políticas, programas e ações de apoio ao associativismo e ao cooperativismo, nos temas relacionados ao empreendedorismo, à microempresa e à empresa de pequeno porte.

Estas e outras informações relevantes a respeito do MEMP relacionadas com suas funções, estrutura, atividades e outras notícias podem ser encontradas no site <https://www.gov.br/memp/pt-br>.

Cabe destacar ainda que por meio da Portaria MGI nº 43, de 31 de janeiro de 2023 foi disciplinado o compartilhamento de atividades de suporte administrativo entre Ministérios.

Estão abrangidas as atividades de administração patrimonial, de material e de espaço físico, gestão de pessoas, serviços gerais, orçamento e finanças,

contabilidade, logística, contratos, planejamento governamental e gestão estratégica, tecnologia da informação e, a critérios dos órgãos envolvidos, também outras atividades de suporte administrativo.

O Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), por meio da Secretaria de Serviços Compartilhados (SSC), atenderá inicialmente os seguintes ministérios: o próprio Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Fazenda; Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; Empreendedorismo, Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e Povos Indígenas. Posteriormente, o Ministério das Mulheres (MM), o Ministério da Igualdade Racial (MIR) e o Ministério da Previdência Social (MPS) foram integrados ao arranjo colaborativo.

Para mais informações sobre o novo modelo de compartilhamento de atividades de administração, acesse a íntegra da [Portaria MGI nº 43/2023](#).

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### Balanço Patrimonial

Ativo	NE	Órgão	
		2025	2024
<b>Circulante</b>		<b>11.133.451</b>	<b>5.470.046</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	9.492.668	1.495.195
Créditos a Curto Prazo	2	1.640.782	3.974.851
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	2.1	232	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	2.1	4.710.847	-
(-) Ajustes para Perdas em Empréstimos e Financiamentos Concedidos	2.1 -	4.710.615	-
Demais Créditos e Valores	2.2	1.640.551	3.974.851
Demais Créditos e Valores	2.2	1.640.551	3.974.851
Investimentos e Aplicações Temporárias	-	-	-
Estoques	-	-	-
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	-
<b>Não Circulante</b>		<b>1.154.695</b>	<b>809.057</b>
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	-
Investimentos	-	-	-
Imobilizado	-	<b>1.154.695</b>	<b>809.057</b>
Bens Móveis	-	1.154.695	809.057
Bens Móveis	-	1.183.047	809.057
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens	- -	28.351	-
Intangível	-	-	-
Diferido	-	-	-
<b>Total do Ativo</b>		<b>12.288.146</b>	<b>6.279.103</b>

Passivo	NE	Órgão	
		2025	2024
<b>Circulante</b>			
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar	3	1.849.250	1.454.913
Empréstimos e Financiamentos	-	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar	-	-	-
Obrigações Fiscais	-	-	-
Transferências Fiscais	5	4.000.000	217.248
Provisões	-	-	-
Demais Obrigações	4	699.174	277.819
<b>Não Circulante</b>			
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag.	3	-	-
Empréstimos e Financiamentos	-	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar	-	-	-
Obrigações Fiscais	-	-	-
Transferências Fiscais	5	-	-
Provisões	-	-	-
Demais Obrigações	4	-	-
<b>Total do Passivo Exigível</b>	NE	<b>6.548.424</b>	<b>1.949.980</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>	5	<b>5.739.722</b>	<b>4.329.123</b>
Patrimônio Social e Capital Social	-	-	-
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-	-
Reservas de Capital	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-
Reservas de Lucros	-	-	-
Demais Reservas	-	-	-
Resultados Acumulados	6	5.739.722	4.329.123
Resultado do Exercício	6	1.410.599	4.207.806
Resultados de Exercícios Anteriores	6	4.329.123	129.526
Ajustes de Exercícios Anteriores	6	-	8.208
Ações / Cotas em Tesouraria	-	-	-
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>12.288.146</b>	<b>6.279.103</b>

### Quadro de Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes	Órgão	
	30/09/2025	31/12/2024
<b>Ativo</b>	<b>12.288.146</b>	<b>6.279.103</b>
Financeiro	9.492.668	1.495.195
Permanente	2.795.478	4.783.908
<b>Passivo</b>	<b>1.122.385.511</b>	<b>1.200.645.966</b>
Financeiro	1.121.960.664	1.200.637.757
Permanente	424.847	8.208
<b>Saldo Patrimonial</b>	<b>- 1.110.097.365</b>	<b>- 1.194.366.862</b>

### Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial

Superávit/Déficit Financeiro	Órgão	
	30/09/2025	31/12/2024
<b>Recursos Não Vinculados</b>	- 1.112.467.995	- 1.199.142.562
<b>Recursos Vinculados</b>	-	-
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-	-
Previdência Social (RPPS)	-	-
Previdência Social (RGPS)	-	-
Dívida Pública	-	-
Fundos, Órgãos e Programas	-	-
<b>Total</b>	<b>- 1.112.467.995</b>	<b>- 1.199.142.562</b>

### Quadro das Contas de Compensação

Contas de Compensação	Órgão	
	30/09/2025	31/12/2024
<b>Ativos</b>	<b>47.500</b>	<b>47.500</b>
Garantias e Contragarantias Recebidas	47.500	47.500
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	-	-
Direitos Contratuais	-	-
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-
<b>Passivos</b>	<b>37.139.710</b>	<b>6.176.520</b>
Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos	30.568.915	4.206.466
Obrigações Contratuais	6.570.795	1.970.054
Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
<b>Saldo Patrimonial</b>	<b>- 37.092.210</b>	<b>- 6.129.020</b>

## Demonstração das Variações Patrimoniais

Órgão			
Variação Patrimonial	NE	2025	2024
Aumentativa	8.1	165.112.143	5.059.208.744
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		-	-
Contribuições		-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		21.438	7.574
Exploração de Bens, Direitos e		21.438	7.574
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Recebidas		159.638.940	5.058.744.415
Transferências Intragovernamentais		159.264.951	5.058.744.415
Outras Transferências e Delegações		373.989	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desinc. Passivos		200.000	199.920
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		5.251.765	256.835
Diversas Variações Patrimoniais		4.367.576	256.835
Diminutiva	8.2	163.701.545	5.053.795.539
Pessoal e Encargos		15.631.986	13.020.653
Remuneração a Pessoal		11.957.057	9.974.181
Encargos Patronais		1.713.984	1.390.595
Benefícios a Pessoal		1.432.438	1.350.433
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas -		528.507	305.444
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		48.231	27.338
Outros Benefícios Previdenciários e		48.231	27.338
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital		16.505.843	5.196.665
Uso de Material de Consumo		-	-
Serviços		16.477.491	5.196.665
Depreciação, Amortização e Exaustão		28.351	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Concedidas		31.139.402	27.719.319
Transferências Intragovernamentais		5.139.845	130.596
Transferências Intergovernamentais		25.999.557	11.588.723
Transferências ao Exterior		-	16.000.000
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		2.666.932	4.501.669.742
Desincorporação de Ativos		2.433.967	1.669.742
Tributárias		-	-
Custo das Mercadorias Vendidas		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		97.709.150	506.161.822
Subvenções Econômicas		97.705.757	506.161.822
Diversas Variações Patrimoniais		3.394	-
<b>Resultado Patrimonial do Período</b>	<b>8</b>	<b>1.410.599</b>	<b>5.413.205</b>

## Demonstração dos Fluxos de Caixa

Órgão		
Fluxos de Caixa	2025	2024
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>7.158.184</b>	<b>4.503.145.152</b>
<b>INGRESSOS</b>	<b>163.490.519</b>	<b>5.053.870.015</b>
Outras Receitas Derivadas	3.979.637	-
Outros Ingressos Operacionais	159.510.882	5.053.870.015
Ingressos Extraorçamentários	24.851	48.713
Transferências Financeiras	159.076.653	5.051.651.993
Arrecadação de Outra Unidade	409.378	264.410
Demais Recebimentos	-	1.904.900
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-156.332.335</b>	<b>-550.724.864</b>
Pessoal e Demais Despesas	-121.476.948	521.631.873
Administração	- 15.637.802	10.550.150
Comércio e Serviços	- 105.829.027	511.081.722
Trabalho	- 10.119	-
Encargos Especiais	-	-
Transferências Concedidas	- 23.883.071	28.923.123
Intergovernamentais	- 5.078.528	5.811.096
Intragovernamentais	- 1.666.266	1.334.401
Outras Transferências Concedidas	- 17.138.277	21.777.627
Outros Desembolsos Operacionais	- 10.972.315	169.868
Dispêndios Extraorçamentários	-	39.272
Transferências Financeiras	- 5.139.845	130.596
Demais Pagamentos	- 5.832.470	-
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>839.289</b>	<b>-4.500.000.000</b>
<b>INGRESSOS</b>	<b>839.289</b>	<b>-</b>
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-</b>	<b>-4.500.000.000</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>INGRESSOS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>7.997.474</b>	<b>3.145.152</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL</b>	<b>1.495.195</b>	<b>656.949</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL</b>	<b>9.492.668</b>	<b>3.802.101</b>

## Balanço Orçamentário

Órgão						
Receitas Orçamentárias	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo		
<b>Corrente</b>	-	-	<b>3.979.637</b>	<b>3.979.637</b>		
Receita Tributária	-	-	-	-		
Receita de Contribuições	-	-	-	-		
Receita Patrimonial	-	-	-	-		
Receita de Serviços	-	-	-	-		
Transferências Correntes	-	-	-	-		
Outras Receitas Correntes	-	-	<b>3.979.637</b>	<b>3.979.637</b>		
<b>Capital</b>	-	-	<b>839.289</b>	<b>839.289</b>		
Operações de Crédito	-	-	-	-		
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-		
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-		
Alienação de Bens	-	-	-	-		
Amortizações de Empréstimos	-	-	<b>839.289</b>	<b>839.289</b>		
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-		
<b>Subtotal de Receitas</b>	-	-	<b>4.818.926</b>	<b>4.818.926</b>		
<b>Total das Receitas Orçamentárias</b>	-	-	<b>4.818.926</b>	<b>4.818.926</b>		
<b>Refinanciamento</b>	-	-	-	-		
Operações de Crédito Internas - Mobiliária	-	-	-	-		
<b>Subtotal com Refinanciamento</b>	-	-	<b>4.818.926</b>	<b>4.818.926</b>		
Déficit	-	-	<b>61.753.168</b>	<b>61.753.168</b>		
<b>Total</b>	-	-	<b>66.572.094</b>	<b>66.572.094</b>		
Órgão						
Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo
<b>Corrente</b>	<b>262.625.961</b>	<b>243.136.380</b>	<b>66.472.094</b>	<b>45.287.926</b>	<b>43.330.184</b>	<b>176.664.286</b>
Pessoal e Encargos Sociais	20.901.693	20.932.112	19.420.629	13.561.170	11.813.658	1.511.483
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	241.724.268	222.204.268	47.051.465	31.726.756	31.516.526	175.152.803
<b>Capital</b>	<b>7.861.369</b>	<b>30.431.369</b>	<b>100.000</b>	-	-	<b>30.331.369</b>
Investimentos	7.861.369	30.431.369	100.000	-	-	30.331.369
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>Reserva de Contingência</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Subtotal das Despesas</b>	<b>270.487.330</b>	<b>273.567.749</b>	<b>66.572.094</b>	<b>45.287.926</b>	<b>43.330.184</b>	<b>206.995.655</b>
<b>Refinanciamento</b>	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
<b>Subtotal com Refinanciamento</b>	<b>270.487.330</b>	<b>273.567.749</b>	<b>66.572.094</b>	<b>45.287.926</b>	<b>43.330.184</b>	<b>206.995.655</b>
Superávit	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>270.487.330</b>	<b>273.567.749</b>	<b>66.572.094</b>	<b>45.287.926</b>	<b>43.330.184</b>	<b>206.995.655</b>

## Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados

Órgão						
Restos a Pagar Não Processado	Inscritos Ex. Anteriores	Insc. 31/12 Ex. Anterior	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
<b>Despesas Correntes</b>	<b>1.803.967</b>	<b>1.196.951.542</b>	<b>104.382.007</b>	<b>100.381.793</b>	-	<b>1.098.373.716</b>
Pessoal e Encargos Sociais	-	267.027	237.583	237.583	-	29.444
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.803.967	1.196.684.515	104.144.424	100.144.210	-	1.098.344.272
<b>Despesa de Capital</b>	<b>335.076</b>	-	-	-	<b>32.658</b>	<b>302.418</b>
Investimentos	335.076	-	-	-	32.658	302.418
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>2.139.043</b>	<b>1.196.951.542</b>	<b>104.382.007</b>	<b>100.381.793</b>	<b>32.658</b>	<b>1.098.676.134</b>

## Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados

Órgão					
Restos a Pagar Processado	Insc. Ex. Anteriores	Insc. 31/12 Ex. Anterior	Pagos	Cancelados	Saldo
<b>Despesas Correntes</b>	-	<b>1.441.749</b>	<b>1.430.794</b>	-	<b>10.955</b>
Pessoal e Encargos Sociais	-	1.283.276	1.275.602	-	7.674
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	158.473	155.192	-	3.281
<b>Despesa de Capital</b>	-	<b>217.248</b>	<b>217.248</b>	-	-
Investimentos	-	217.248	217.248	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	-	<b>1.658.997</b>	<b>1.648.042</b>	-	<b>10.955</b>

## Balanço Financeiro

	Órgão	
INGRESSOS	2025	2024
<b>Receitas Orçamentárias</b>	<b>4.818.926</b>	-
Não Vinculados	4.818.926	-
Vinculadas	-	-
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>	<b>159.076.653</b>	<b>5.051.651.993</b>
Resultantes da Execução Orçamentária	59.102.790	5.039.124.742
Cota Recebida	59.102.790	544.178.185
Repasso Recebido	-	4.494.946.557
Sub-repasso Recebido	-	-
Independentes da Execução Orçamentária	99.973.863	12.527.251
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	98.985.800	12.527.251
Movimentação de Saldos Patrimoniais	988.063	-
Aporte ao RPPS	-	-
<b>Recebimentos Extraorçamentários</b>	<b>23.676.139</b>	<b>27.475.167</b>
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	1.957.742	1.339.461
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	21.284.168	23.917.683
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	24.851	48.713
Outros Recebimentos Extraorçamentários	409.378	2.169.310
Arrecadação de Outra Unidade	409.378	264.410
Demais Recebimentos	-	1.904.900
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>	<b>1.495.195</b>	<b>656.949</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.495.195	656.949
<b>TOTAL</b>	<b>189.066.913</b>	<b>5.079.784.109</b>

	Órgão	
DISPÊNDIOS	2025	2024
<b>Despesas Orçamentárias</b>	<b>66.572.094</b>	<b>5.063.835.094</b>
Não Vinculados	66.572.094	5.063.835.094
Vinculadas	-	-
Previdência Social (RPPS)	-	-
<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	<b>5.139.845</b>	<b>130.596</b>
Resultantes da Execução Orçamentária	5.139.845	-
Repasso Concedido	5.139.845	-
Sub-repasso Concedido	-	-
Independentes da Execução Orçamentária	-	130.596
Transferências Concedidas para Pagamento de RP	-	-
Demais Transferências Concedidas	-	-
Movimento de Saldos Patrimoniais	-	130.596
Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-
<b>Pagamentos Extraorçamentários</b>	<b>107.862.305</b>	<b>12.016.318</b>
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	1.648.042	788.323
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	100.381.793	11.188.723
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	39.272
Outros Pagamentos Extraorçamentários	5.832.470	-
Demais Pagamentos	5.832.470	-
<b>Saldo para o Exercício Seguinte</b>	<b>9.492.668</b>	<b>3.802.101</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	9.492.668	3.802.101
<b>TOTAL</b>	<b>189.066.913</b>	<b>5.079.784.109</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS

### 1 Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis: Exercício Financeiro de 2025

As Demonstrações Contábeis (DCON) são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF). São baseadas, também, no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e no Manual Siafi, editados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN/ME), e de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade do setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela International Public Sector Accounting Standards Board (IPSASB), respectivamente.

O objetivo principal das DCON é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a gestão do patrimônio público da União e contribuir na prestação de contas da gestão econômico-financeira realizada no período a que se referem. Nas demonstrações contábeis, os diversos usuários podem encontrar informações sobre a posição e as mutações do patrimônio público, o desempenho econômico-financeiro, a execução orçamentária, os fluxos de caixa e outras informações que auxiliem na avaliação da gestão econômico-financeira do MEMP.

As DCON foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), e tiveram como escopo as informações consolidadas das contas contábeis das unidades do MEMP que são integrantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

As Demonstrações Contábeis são compostas por:

- i. Balanço Patrimonial (BP);
- ii. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- iii. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- iv. Balanço Orçamentário (BO);
- v. Balanço Financeiro (BF);
- vi. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL); e
- vii. Notas Explanatórias.

O Balanço Patrimonial tem por objetivo evidenciar, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da União por meio de contas representativas do patrimônio público por ela gerido, bem como os atos potenciais.

A Demonstração das Variações Patrimoniais visa evidenciar as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicar o resultado patrimonial do exercício.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa visa evidenciar as origens e as aplicações das disponibilidades financeiras obtidas pela entidade, classificando-as em três grupos de atividades: operacionais; de investimento; e de financiamento. Além de mostrar as origens e aplicações das disponibilidades financeiras, tal demonstração evidencia o fluxo líquido de caixa de cada atividade.

O Balanço Orçamentário, por sua vez, objetiva demonstrar a execução orçamentária de receitas e de despesas ao longo do exercício, confrontando as receitas e as despesas previstas na Lei Orçamentária Anual com aquelas efetivamente realizadas.

O Balanço Financeiro tem por objetivo evidenciar os ingressos e dispêndios orçamentários e extraorçamentários realizados no exercício, conjugados com os saldos advindos do exercício anterior e aqueles que são transferidos para o exercício seguinte.

Por sua vez, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido evidencia as operações que alteraram a composição do Patrimônio Líquido no exercício.

### 2 Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito deste MEMP, tendo em consideração as opções e premissas do modelo da contabilidade aplicada ao setor público:

#### A) Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras

A moeda funcional da União é o Real, tendo em vista o disposto no item 5, alínea "a", da ITG 2000 (R1) – Escrituração Contábil, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade por meio da Resolução CFC nº 1.330/2011, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.069/1995. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos

para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

#### B) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

#### C) Créditos de Curto e Longo Prazo

Compreendem os direitos a receber a curto e longo prazo relacionados, principalmente, com:

- i. empréstimos e financiamentos
- ii. demais valores.

Os valores são mensurados pelo custo histórico, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado, também, o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

#### D) Passivos

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão:

- i. obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais;
- ii. demais obrigações.

#### E) Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- i. **Resultado patrimonial:** A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas

quando for provável que benefícios econômicos ou potencial de serviços fluirão para a União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente. As VPD's são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos ou no potencial de serviços para a União, implicando saída de recursos, redução de ativos ou assunção de passivos. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta "Superávit/Deficit do Exercício". O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), na qual também é evidenciado o resultado patrimonial do exercício, conforme prescreve o art. 104 da Lei nº 4.320/1964.

- ii. **Consolidação:** Na elaboração das Demonstrações Contábeis do MEMP, foram utilizados critérios de consolidação de itens das demonstrações que compensam ou eliminam as transações que possuem o 5º nível da conta contábil igual a 2 ("intragovernamental") das contas de natureza de informação patrimonial. Essas contas não são eliminadas no processo de elaboração das demonstrações contábeis do MEMP porque o Siafi não está parametrizado para realizar a consolidação a nível de Órgão/Ministério, mas apenas no nível do Balanço Geral da União (BGU).
- iii. **Resultado orçamentário:** O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.
- iv. **Resultado financeiro:** representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União. No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa

## F) Composição do Órgão e Órgão Superior

### ÓRGÃO

MEMP:

Gabinete do Ministro

Secretaria Executiva

Corregedoria

Ouvidoria

Secretaria Nacional do Artesanato e do Microempreendedor Individual

Secretaria Nacional de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte

.

## BALANÇO PATRIMONIAL

### NOTA 01 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O Caixa e Equivalentes de Caixa são os recursos para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato. A tabela a seguir demonstra a composição da conta de Caixa e Equivalentes de Caixa:

Detalhamento	Órgão			
	30/09/2025	31/12/2024	AH	AV
Moeda Nacional	9.492.668	1.495.195	535%	100%
<b>Total</b>	<b>9.492.668</b>	<b>1.495.195</b>	<b>535%</b>	<b>1,00</b>
Circulante	9.492.668	1.495.195		
Não Circulante	-	-		

#### 1.1 Moeda Nacional

A tabela a seguir demonstra a composição da “Moeda Nacional” item mais significativo da conta de Caixa e Equivalentes de Caixa:

Detalhamento	Órgão			
	30/09/2025	31/12/2024	AH	AV
Moeda Nacional	9.492.668	1.495.195	535%	100%
<b>Total</b>	<b>9.492.668</b>	<b>1.495.195</b>	<b>535%</b>	<b>100%</b>
Circulante	9.492.668	1.495.195		
Não Circulante	-	-		

### NOTA 02 - CRÉDITOS A CURTO E LONGO PRAZO

#### 2.1 Empréstimos e Financiamentos

Esse grupo de contas compreende o somatório dos valores de empréstimos e financiamentos concedidos por autorizações legais ou vinculações a contratos e acordos.

Empréstimos e Financiamentos Concedidos	Órgão			
	30/09/2025	31/12/2024	AH	AV
Empréstimos Concedidos	4.710.847	-	100%	100%
<b>Subtotal</b>	<b>4.710.847</b>	<b>-</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>
(-) Ajuste para Perdas	-	4.710.615	-	100% -100%
<b>Total</b>	<b>232</b>	<b>-</b>	<b>100%</b>	<b>0%</b>

Circulante 232 -  
Não Circulante - -

O registro em 2025 refere-se à transferência de saldo das contas de Empréstimos Concedidos a Receber realizado entre as Unidades Gestoras do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços - MDICS e o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte - MEMP, conforme parecer nº 00468/2024/Conjur-MDIC/CGU/AGU e Despacho nº 48654815 (processo 52315.001856/2024-38).

A Lei nº 14.042/2020 instituiu o Programa Emergencial de Acesso a Crédito (Peac), com o objetivo de facilitar o acesso a crédito e de preservar agentes econômicos em razão dos impactos econômicos decorrentes da pandemia da Covid-19, para a proteção de empregos e da renda.

O programa é operacionalizado por meio de duas modalidades:

- I. Programa Emergencial de Acesso a Crédito na modalidade de garantia (Peac-FGI), por meio da disponibilização de garantias via Fundo Garantidor para Investimentos (FGI); e
- II. Programa Emergencial de Acesso a Crédito na modalidade de garantia de recebíveis (Peac-Maquininhas), por meio da concessão de empréstimo garantido por cessão fiduciária de recebíveis.

Os registros realizados pela União refletem exclusivamente da movimentação financeira informada pelo BNDES (agente operador do empréstimo). Os registros realizados pelo BNDES são impactados por pendências e deficiências nas informações prestadas pelos agentes financeiros do Programa ao BNDES. O BNDES, a União e Agentes financeiros estão realizando a conciliação do programa para ajustes de suas posições.

A diferença observada entre o saldo devedor do extrato financeiro fornecido pelo BNDES e o valor registrado na conta de Empréstimos Concedidos refere-se às comissões pertinentes do BNDES.

## 2.2 Demais Créditos

Os Demais Créditos e Valores compreendem os valores a receber pelas demais transações (que não se enquadram nos demais grupos) realizáveis no curto e longo prazo.

Demais Créditos e Valores	Órgão			
	30/09/2025	31/12/2024	AH	AV
Adiantamento TED	1.535.920	3.769.887	-59%	94%
Adiantamento Concedidos a Pessoal	104.631	204.964	-49%	6%
<b>Total</b>	<b>1.640.551</b>	<b>3.974.851</b>	<b>-59%</b>	<b>100%</b>

Circulante 1.640.551 3.974.851

Não Circulante - -

- i. **Adiantamento - TED:** Compreende os direitos decorrentes de adiantamentos concedidos, por termos de execução descentralizada. O TED é o Instrumento por meio do qual a descentralização de créditos entre órgãos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União é ajustada, com vistas à execução de programas, de projetos e de atividades, nos termos estabelecidos no plano de trabalho e observada a classificação funcional programática, disciplinado pelo Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020". As parcerias que envolvem a descentralização de créditos pelo MEMP encontram-se disponíveis em: <https://www.gov.br/memp/convenios-e-transferencias>.
- ii. **Adiantamento Concedidos a Pessoal:** Essa rubrica é composta basicamente pelo adiantamento de 13º, adiantamento de férias, pagamento antecipado de salários, auxílio-alimentação e auxílio transporte.

## NOTA 03 - OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS

As obrigações de natureza trabalhista, previdenciária e assistencial registradas pelo MEMP estão descritas na tabela abaixo.

Detalhamento	Órgão			
	30/09/2025	31/12/2024	AH	AV
Salários, Remunerações e Benefícios	1.502.877	1.303.033	15%	81%
Contribuições a Entidades de Previdência	196.171	148.453	32%	11%
Férias a pagar	146.673	-	100%	8%
Benefícios Previdenciários	3.528	3.427	3%	0%
<b>Total</b>	<b>1.849.250</b>	<b>1.454.913</b>	<b>27%</b>	<b>100%</b>

Circulante 1.849.250 1.454.913

Não Circulante - -

O montante apresentado em **30/09/2025** decorre do fato das Ordem Bancárias (OB) geradas, a partir de um documento hábil do tipo "FL" (folha), serem emitidas apenas no primeiro dia útil subsequente (D+1). A rotina do pagamento de pessoal ativo e inativo ocorre da seguinte forma: a despesa orçamentária é liquidada na última semana de cada mês e a Ordem de Pagamento (OP) é feita no último dia útil. Entretanto, a Ordem Bancária (OB) só é gerada no primeiro dia útil subsequente ao pagamento, onde ocorre a baixa dos recursos financeiros e a quitação da obrigação.

## NOTA 04 – DEMAIS OBRIGAÇÕES

As Demais Obrigações compreendem as obrigações da entidade junto a terceiros não inclusos nos subgrupos anteriores do Passivo.

Detalhamento	Órgão			
	30/09/2025	31/12/2024	AH	AV
Consignações	550.069	266.864	106%	79%
Obrigações com Entidades	90.517	10.955	726%	13%
Devoluções de Convênios	24.851	-	100%	4%
Diárias a Pagar	33.737	-	100%	5%
<b>Total</b>	<b>699.174</b>	<b>277.819</b>	<b>152%</b>	<b>100%</b>

Circulante 699.174 277.819

Não Circulante - -

As consignações compreendem, geralmente, aos valores retidos em folha de pagamento de empregados ou servidores ou nos pagamentos referentes a compras de bens e serviços.

## NOTA 05 – TRANSFERÊNCIAS FISCAIS

Compreendem recursos a serem transferidos entre os entes da Federação, às entidades do setor privado ou referentes aos repasses para execução orçamentária.

Transferências Fiscais	Órgão			
	30/09/2025	31/12/2024	AH	AV
Transferências Discricionárias	4.000.000	217.248	100%	0%
<b>Total</b>	<b>4.000.000</b>	<b>217.248</b>	<b>100%</b>	<b>0%</b>

Circulante 4.000.000 217.248

Não Circulante -

As Transferências discricionárias registram os valores a serem transferidos que não há obrigatoriedade, por isso, deve-se celebrar um instrumento jurídico (convênios, termo de fomento, acordo de colaboração e contrato de repasse) entre as partes envolvidas, uma concedente e outra beneficiária.

recursos financeiros para a execução de projetos e ações que contribuem para o desenvolvimento social, econômico e institucional.

Os convênios são regulados por normativos específicos e exigem a observância de critérios técnicos, jurídicos e financeiros para garantir a correta aplicação dos recursos públicos. A prestação de contas e o acompanhamento da execução são etapas essenciais para assegurar a transparência e a efetividade das ações financiadas.

A tabela a seguir apresenta o estoque de prestações de contas do MEMP, classificado conforme o ano de encerramento da vigência dos convênios e demais instrumentos congêneres celebrados pelo órgão.

Estoque de Prestação de Contas	30/09/2025	31/12/2024	AH	AV
Entre 2022 e 2024	2.578.526	5.429.834	-53%	3%
Vencidas em 2025	9.726.588	-	100%	13%
A Vencer	56.000.080	28.484.908	97%	76%
Sem Informação	5.837.975	-	100%	8%
<b>Total</b>	<b>74.143.169</b>	<b>33.914.743</b>	<b>119%</b>	<b>100%</b>

Para mais detalhes sobre os convênios, incluindo a consulta à data de fim de vigência dos instrumentos, acesse o site do [TransfereGov](#), plataforma oficial para gestão, acompanhamento e prestação de contas dessas transferências.

## NOTA 06 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido está detalhado de acordo com a tabela abaixo:

PL	Órgão			
	30/09/2025	31/12/2024	AH	AV
Resultado do Exercício	1.410.599	4.207.806	-66%	25%
Result. de Ex. Anteriores	4.329.123	129.526	3242%	75%
Ajustes de Ex. Anteriores	-	8.208	-100%	0%
<b>Total</b>	<b>5.739.722</b>	<b>4.329.123</b>	<b>33%</b>	<b>100%</b>

## NOTA 07 - CONTROLES CONTÁBEIS

### 7.1 Atos Potenciais

#### 7.1.1 Atos Potenciais Passivos

##### 7.1.1.1 Convênios e Instrumentos Congêneres

A execução de valores relacionados a convênios e outros instrumentos congêneres envolve a formalização de parcerias entre a administração pública e entidades públicas ou privadas para a realização de objetivos de interesse comum. Esses instrumentos possibilitam a transferência de

## DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

### NOTA 08 – RESULTADO PATRIMONIAL

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) com as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD). O resultado patrimonial apurado em **setembro de 2025** foi **superavitário** conforme demonstrado na tabela abaixo.

Resultado Patrimonial	Órgão	
	30/09/2025	30/09/2024
Variação Patrimonial Aumentativa	165.112.143	5.059.208.744
Variação Patrimonial Diminutiva	163.701.545	5.053.795.539
<b>Total</b>	<b>1.410.599</b>	<b>5.413.205</b>

#### I. Consolidação

A descentralização de recursos financeiros, no âmbito do MEMP, ocorre através do Limite de Saque, que permite a vinculação de recursos às respectivas despesas. A operacionalização do Limite de Saque está prevista na Macrofunção Siafi 020303.

No Siafi, os lançamentos contábeis da descentralização e vinculação de recursos são executados mediante a utilização de contas contábeis intragovernamentais. Conforme mencionado anteriormente, o Siafi não está parametrizado para realizar a consolidação a nível de Órgão/Ministério, mas apenas no nível do Balanço Geral da União.

Em decorrência disso, as contas de VPA e VPD se apresentam superavaliada devido à rotina de descentralização de recursos financeiros. Ressalta-se que ocorre a descentralização da Setorial Orçamentária e Financeira para a UG beneficiária do recurso.

Nos moldes da NBC TSP – Estrutura Conceitual, para que a informação contábil seja útil, ela deve retratar a essência ou a substância das transações, bem como corresponder fielmente aos fatos econômicos que pretende representar. Essa setorial realizou a consolidação da demonstração contábil, evitando-se assim a superavaliação nas contas VPA e VPD, conforme quadro abaixo:

Demonstração da Variação Patrimonial	30/09/2025	Consolidação	Saldo após Ajuste
Transferências e Delegações Recebidas	694.168.737	- 534.529.797	159.638.940
Transferências e Delegações Concedidas	565.669.199	- 534.529.797	31.139.402

Demonstração da Variação Patrimonial	30/09/2024	Consolidação	Saldo após Ajuste
Transferências e Delegações Recebidas	5.610.549.623	- 551.805.208	5.058.744.415
Transferências e Delegações Concedidas	579.524.527	- 551.805.208	27.719.319

#### 8.1 Variações Patrimoniais Aumentativas - VPA

As variações patrimoniais aumentativas - VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos ou potencial de serviços fluirão para o MEMP e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência.

Variação Patrimonial Aumentativa	30/09/2025	30/09/2024
Transferências e Delegações Recebidas	159.638.940	5.058.744.415
Outras Variações Patrimoniais	5.251.765	256.835
Exploração de Bens e Serviços	21.438	7.574
<b>Total</b>	<b>165.112.143</b>	<b>5.059.208.744</b>

#### 8.2 Variações Patrimoniais Diminutivas - VPD

As variações patrimoniais diminutivas - VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos ou potenciais de serviços para o MEMP, implicando saída de recursos ou redução de ativos ou assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência.

Variação Patrimonial Diminutiva	30/09/2025	30/09/2024
Transferências e Delegações Concedidas	31.139.402	27.719.319
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	97.709.150	506.161.822
Pessoal e Encargos Sociais	15.631.986	13.020.653
Uso de Bens, Serviços e Cons de Capital Fixo	16.505.843	5.196.665
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	2.666.932	4.501.669.742
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	48.231	27.338
<b>Total</b>	<b>163.701.545</b>	<b>5.053.795.539</b>

## BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

### NOTA 09 – RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

O resultado orçamentário é apurado a partir do confronto entre as receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no exercício, conforme o critério estabelecido pelo art. 35 da Lei nº 4.320/1964.

No terceiro trimestre de 2025, o resultado orçamentário foi deficitário em R\$ 61,7 milhões conforme tabela abaixo:

Resultado Orçamentário	Órgão	
	30/09/2025	30/09/2024
Orçamento Corrente	- 62.492.457	- 563.835.094
Orçamento de Capital	739.289	- 4.500.000.000
<b>Total</b>	<b>- 61.753.168</b>	<b>- 5.063.835.094</b>

Conforme evidenciado no Balanço Orçamentário, o empenho de despesas atingiu 24,33% da dotação atualizada (R\$ 273,56 milhões). Por sua vez, a realização de receitas atingiu o montante de R\$ 4,8 Milhões.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

### NOTA 10 – GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa corresponde à variação líquida entre os fluxos de entrada e saída de recursos ao longo do período. Em 30/09/2025, essa variação foi positiva em R\$ 7,9 milhões.

Geração Líquida de Caixa	Órgão	
	30/09/2025	30/09/2024
Atividades Operacionais	7.158.184	4.503.145.152
Atividades de Investimento	839.289	- 4.500.000.000
Atividades de Financiamento	-	-
<b>Total</b>	<b>7.997.474</b>	<b>3.145.152</b>

#### 10.1 Atividades Operacionais

O fluxo de caixa das atividades operacionais em 30/09/2025 apresentou um saldo positivo de R\$ 7,1 milhões. Decorrente principalmente dos ingressos de transferências financeiras recebidas e desembolsos para Comércio e Serviços.

#### 10.2 Atividades de Investimento

A geração líquida de caixa nas atividades de investimento foi positiva de R\$ 839 mil.

#### 10.3 Atividades de Financiamento

A geração líquida de caixa das atividades de financiamento não teve impacto no resultado consolidado.

As variações identificadas estão detalhadas nas notas explicativas que compõem este documento.

## BALANÇO FINANCEIRO

### NOTA 11 – RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro é composto pelo resultado orçamentário (receitas menos despesas orçamentárias), somado ao resultado das transferências financeiras (recebidas menos concedidas) e ainda o resultado extraorçamentário (recebimentos menos pagamentos extraorçamentários, incluindo os restos a pagar).

No ano de 2025, o resultado financeiro foi superavitário em R\$ 7,9 milhões e sua formação é detalhada na tabela a seguir:

Resultado Financeiro	Órgão	
	30/09/2025	30/09/2024
<b>Resultado Orçamentário</b>	<b>- 61.753.168</b>	<b>5.063.835.094</b>
Receita Orçamentária	4.818.926	-
Despesas Orçamentária	66.572.094	5.063.835.094
<b>Resultado das Transf. Financeiras</b>	<b>153.936.808</b>	<b>5.051.521.397</b>
Transferências Financeiras Recebidas	159.076.653	5.051.651.993
Transferências Financeiras Concedidas	5.139.845	130.596
<b>Resultado Extraorçamentário</b>	<b>- 84.186.166</b>	<b>15.458.849</b>
Recebimentos Extraorçamentários	23.676.139	27.475.167
Pagamentos Extraorçamentários	107.862.305	12.016.318
<b>Total</b>	<b>7.997.474</b>	<b>3.145.152</b>

As variações identificadas estão detalhadas nas notas explicativas que compõem este documento.

## PARTES RELACIONADAS

Em conformidade com a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – NBCTSP 22, considera-se parte relacionada qualquer pessoa ou entidade com capacidade de:

- a) Controlar outra parte;
- b) Exercer influência significativa sobre as decisões financeiras e operacionais de outra parte; ou
- c) Estar sujeita a controle comum.

Incluem-se entre as partes relacionadas:

- a) Entidades que controlam ou são controladas, direta ou indiretamente, pela entidade que reporta;
- b) Coligadas, conforme definido na NBCTSP 18 – Investimento em Coligada e Empreendimento Controlado em Conjunto;
- c) Indivíduos com participação direta ou indireta na entidade que reporta, conferindo-lhes influência significativa, bem como seus familiares próximos;
- d) Peças-chave da administração e seus familiares próximos;
- e) Entidades nas quais os indivíduos descritos nos itens 3 e 4 possuem participação substancial ou sobre as quais exercem influência significativa.

## Pessoal-Chave da Administração

Pessoas-chave da administração incluem:

- a) Diretores ou membros do corpo administrativo da entidade;
- b) Pessoas com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade.

No contexto governamental, incluem-se:

- a) Membros do corpo administrativo de entidades governamentais com autoridade sobre o planejamento e controle das atividades da entidade;
- b) Assessores-chave desses membros;
- c) A alta administração da entidade que reporta, incluindo o dirigente máximo, exceto quando já incluído na alínea (a).

## Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

Na União, devido à complexidade do tema, não há um único sistema que concentre informações detalhadas. Os principais sistemas e fontes de Informações são:

1. O Sistema de Gestão de Pessoas do Governo Federal (Sigepe), sob supervisão da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal (SGP), centraliza a gestão de pessoal no Poder Executivo.
2. O Painel Estatístico de Pessoal (PEP), acessível em [painelestatistico.painelpep.mctic.gov.br](http://painelestatistico.painelpep.mctic.gov.br), apresenta informações sobre despesas, distribuição de servidores por faixa de remuneração e outros dados organizacionais.
3. O Portal da Transparência ([www.transparencia.gov.br](http://www.transparencia.gov.br)) permite consultas individualizadas de remunerações no Poder Executivo Federal.